



Fórum Participação social e reformas democráticas e populares: o que temos a ver com isto?

Esse documento é fruto da relatoria do Fórum de Participação Social e reformas democráticas e populares, fórum este que se assumiu enquanto Conferência Livre temática, do eixo 8 da 15ª Conferência Nacional de Saúde. A conferência livre foi realizada no dia 27 de setembro de 2015, atividade pré-congresso do 14º Congresso Paulista de Saúde Pública. Uma parceria entre Associação Paulista de Saúde Pública (APSP), Conselho Estadual de Saúde (CES) e Conselho Regional de Psicologia (CRP) que aconteceu no Campus da Universidade Federal de São Carlos, no Estado de São Paulo.

**Desprivatizar o público para o exercício da cidadania.
Exercer a cidadania para desprivatizar o público!**

Qualificar os espaços existentes e fomentar novas formas de participação social

- Regulamentação e democratização dos meios de comunicação;
- Reforma do sistema político que respeite e promova a participação social;
- Por um processo constituinte para a reforma política geral do Estado;
- Reforma do judiciário com a implementação de mecanismo de controle público;
- Reconhecer crianças e adolescentes como atores sociais, viabilizando sua inserção nos diferentes espaços de participação;
- Incentivo e ampliação das formas/mecanismos/metodologias de participação popular, valorizando a importância dos movimentos populares;
- Viabilizar a efetivação das propostas das conferências de saúde, realizando-as previamente à construção das ferramentas de planejamento e orçamento (PPA, PAS, LOA, LDO);
- Promover espaços/tempos de discussão efetivos nas conferências de saúde, que considerem a não fragmentação da discussão em eixos pré-definidos de maneira verticalizada, o que não leva em consideração a heterogeneidade e complexidade do sistema de saúde;
- Ampliar mobilizações e construir pautas conjuntas com outros movimentos pela luta dos direitos sociais;
- Pela repolitização da população enquanto cidadão de direito;
- Disputar o espaço da universidade tanto em relação dos conteúdos quanto da democratização do acesso.



Respeitar as liberdades e direitos para a construção do bem-comum

- Repúdio ao fundamentalismo religioso e militarista que sustenta práticas de criminalização da pobreza e das liberdades individuais;
- Reforma agrária para a justiça social;
- Descriminalização das drogas;
- Pelo fim das criminalizações dos movimentos sociais e encarceramento da população;
- Unificação e desmilitarização do sistema de segurança, reorientando-o para a proteção dos indivíduos e coletividades.

Efetivar os direitos sociais por meio de políticas públicas e financiamento adequado como base para uma sociedade mais justa

- Aplicar o financiamento público para o público;
- Reforma tributária com taxação das grandes fortunas;
- Impedir a apropriação dos recursos do SUS por prestadores, gestores e investidores privatistas.